



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)

Concurso Público

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 9:

ANALISTA ADMINISTRATIVO
ÁREA 4: ARQUIVOLOGIA

TARDE

Caderno de Provas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do cargo a que você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada na sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva P_2 , e a prova discursiva P_4 , acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Num minuto há muitos dias.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P₂)

Julgue os itens a seguir, acerca do sistema de governança do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

- 51 Integram o sistema de governança do setor elétrico brasileiro o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o Ministério de Minas e Energia (MME), a ANEEL, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- 52 O CMSE é presidido pelo ministro de Minas e Energia e, na sua composição, conta com representantes da ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis, da CCEE, da EPE e do ONS.
- 53 A EPE é o órgão responsável por estabelecer o planejamento energético nacional. Para tanto, desenvolve estudos nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, entre outras.

Acerca dos regimes para os prestadores de serviços no SEB, julgue os itens subsequentes.

- 54 Agentes de geração de energia elétrica, previamente à implantação do empreendimento, devem obter uma concessão ou uma autorização do poder concedente para produzir energia elétrica, com exceção do aproveitamento de potenciais hidráulicos menores ou iguais a 1.000 kW e das usinas termelétricas com potência menor ou igual a 5.000 kW, que precisam ser apenas comunicados ao poder concedente.
- 55 Presta serviço público de distribuição a cooperativa de eletrificação que não preenche os requisitos para regularização como permissionária e recebe autorização específica do poder concedente para operação de instalações de energia elétrica, de uso privativo de seus associados, cujas cargas se destinem ao desenvolvimento de atividade predominantemente rural.

Os direitos e deveres dos usuários e das concessionárias dos serviços de energia elétrica são regulados pela ANEEL, por meio de resoluções. Com relação a esse assunto, julgue os itens de 56 a 59.

- 56 A distribuidora responde, independentemente da existência de culpa, pelos danos elétricos causados a equipamentos elétricos instalados em unidades consumidoras e, se não houver pendência de responsabilidade do consumidor, o prazo máximo para ressarcimento do dano por meio de pagamento em moeda corrente ao solicitante ou, ainda, para providenciar o conserto ou a substituição do equipamento danificado é de quarenta e cinco dias após a data do pedido de ressarcimento.
- 57 O consumidor pode exigir da distribuidora de energia elétrica, a qualquer tempo, a aferição do respectivo medidor de energia elétrica. Após a aferição pela distribuidora, o consumidor pode ainda solicitar a realização de nova aferição do equipamento junto ao órgão metrológico oficial, hipótese em que os custos serão assumidos pela concessionária quando for detectado erro no medidor, e, caso contrário, devem ser arcados pelo consumidor.

58 É facultado à distribuidora de energia elétrica incluir na fatura de energia elétrica propagandas comerciais e mensagens político-partidárias, desde que não interfiram nas informações obrigatórias.

59 Quando o medidor e demais equipamentos de medição necessários para o faturamento do serviço prestado são fornecidos e instalados pela distribuidora, às suas expensas, a indisponibilidade de equipamentos de medição justifica o retardamento da ligação e o início do fornecimento, descaracterizando o descumprimento, pela distribuidora, dos prazos estabelecidos na regulação do setor.

Julgue os seguintes itens, acerca da comercialização de energia elétrica e dos regimes de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico.

60 Concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica fornecem energia aos consumidores cativos, de acordo com tarifas definidas pela ANEEL, que consideram custos não gerenciáveis, tais como os preços da energia adquirida de Itaipu, de agentes de geração ou importada, os custos de transporte dessa energia e os encargos setoriais; e custos gerenciáveis, como a remuneração dos investimentos da distribuidora na rede de distribuição, os custos de manutenção dessa rede, as perdas técnicas e comerciais e os gastos com pessoal.

61 Os agentes concessionários e autorizados de geração, importadores de energia, comercializadores e consumidores livres podem formalizar contratos bilaterais de fornecimento de energia elétrica com preços e prazos definidos pelos próprios contratantes, de acordo com a oferta e a procura por energia no momento de assinatura desses contratos.

62 A CCEE é o local onde os contratos celebrados entre agentes de geração, distribuição, importação, comercialização e consumidores livres, que atuam no Sistema Interligado Nacional, são registrados.

63 O preço de liquidação das diferenças é calculado antecipadamente, com periodicidade máxima semanal, para cada submercado, com base no custo marginal da operação, e deve observar, entre outros fatores, as condições técnicas e econômicas para o despacho das usinas, incluindo a disponibilidade de equipamentos de geração e transmissão e as projeções para a demanda de energia, para os preços dos combustíveis e para o custo do *deficit* de energia elétrica.

64 No Sistema Interligado Nacional, podem contratar livremente a energia de que precisam o consumidor e o conjunto de consumidores reunidos por comunalidade de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja igual ou superior a 500 kW, atendidos em qualquer tensão, desde que a energia adquirida seja oriunda das chamadas fontes incentivadas, a saber: pequenas centrais hidrelétricas, usinas que empreguem biomassa, usinas solares, usinas eólicas e sistemas de cogeração qualificada.

65 A legislação assegura aos produtores independentes de energia elétrica e aos consumidores livres o livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionários e permissionários do serviço público de energia elétrica, mediante ressarcimento do custo do transporte envolvido, calculado com base em critérios fixados pelo poder concedente, competindo ao ONS efetuar as avaliações de viabilidade técnica dos requerimentos de acesso aos sistemas de transmissão, e celebrar, em nome das empresas de transmissão, os contratos de uso dos sistemas de transmissão.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

- 66 Entre as peculiaridades da concessão, está a possibilidade de o poder concedente decretar a intervenção na empresa concessionária, medida de natureza investigatória, e não punitiva.
- 67 Na hipótese de encampação, o concessionário não tem direito à indenização.
- 68 As usinas termelétricas destinadas à produção independente podem ser objeto de concessão mediante autorização.
- 69 A ANEEL dispõe de competência legal para declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

No que se refere à legislação pertinente à atuação da ANEEL, julgue os itens a seguir.

- 70 De acordo com a legislação de regência, as divergências entre as concessionárias devem ser dirimidas, no âmbito administrativo, pelo poder concedente.
- 71 Apesar de constituir autarquia sob regime especial, a ANEEL não dispõe de autonomia patrimonial e financeira, por estar vinculada diretamente ao Ministério de Minas e Energia.
- 72 Por se tratar de competência própria do Ministério de Minas e Energia, a atuação no processo de definição e controle de preços e tarifas não se insere entre as competências da ANEEL.
- 73 A critério da diretoria, as reuniões deliberativas destinadas a resolver pendências entre agentes econômicos do setor de energia elétrica podem ser públicas.
- 74 Entre as atribuições exclusivas conferidas pela legislação de regência ao diretor-geral da ANEEL, está a responsabilização solidária pelo cumprimento do contrato de gestão.

No tocante à CCEE e à atuação da ANEEL, julgue o item que se segue.

- 75 Tanto eventual quanto temporária, a comercialização pelo agente autoprodutor dos excedentes de energia elétrica depende de autorização da CCEE.

Acerca da regulação de cooperativas e da regulação de serviços de energia elétrica, julgue os itens de 76 a 80.

- 76 As cooperativas de eletrificação rural, titulares de permissão ou autorização, recebem classificação de consumidor rural, subclasse cooperativa de eletrificação rural, e possuem as tarifas de fornecimento vinculadas aos descontos, caso atendidas as disposições regulamentares concernentes aos serviços de eletrificação rural.
- 77 As permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar e apurar, separadamente, para fiscalização pela ANEEL, os investimentos e os custos de distribuição de energia elétrica, incluindo os relativos às novas instalações, expansões e modificações do seu sistema elétrico.

78 Quando a fiscalização constatar irregularidade praticada por agente do setor elétrico, a ANEEL, alternativamente à imposição de penalidade, pode firmar com a concessionária, permissionária ou autorizada de serviços e instalações de energia elétrica termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições regulamentares ou contratuais aplicáveis.

79 Em conformidade com a regulação de serviços de energia elétrica em vigor, nas instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em implantação ou a serem implantadas, devem ser observados os limites de referência para exposição do público em geral e da população ocupacional a campos elétricos e magnéticos recomendados pela Organização Mundial de Saúde. Nas instalações já existentes, esses limites não precisam ser observados, uma vez que as adequações dessas instalações, em geral, se mostram economicamente inviáveis.

80 A partir da detecção de uma condição anormal de operação ou de contingências múltiplas, o Sistema Especial de Proteção (SEP) realiza ações automáticas para preservar a integridade do Sistema Interligado Nacional (SIN), bem como de seus equipamentos e linhas de transmissão. Essencial para que o SIN opere com qualidade e segurança, o SEP é um dos serviços ancilares provido pelos agentes de geração, transmissão e distribuição vinculados ao SIN, sem ônus para os demais agentes e consumidores.

Acerca dos conceitos fundamentais de arquivologia, julgue os itens a seguir.

81 Os princípios arquivísticos, entre eles o princípio de respeito aos fundos, que fundamentam a prática arquivística contemporânea foram elaborados nos últimos quarenta anos, principalmente a partir da chamada explosão da informação.

82 O segundo nível do princípio da proveniência, de acordo com os arquivistas canadenses, determina a observância do fluxo natural e orgânico com que foram acumulados os documentos.

83 O princípio da territorialidade deve ser utilizado no lugar do princípio da proveniência ou de respeito aos fundos quando se tratar de documentos de escritórios ou representações estaduais de um órgão ou agência de regulação.

84 Um documento de arquivo é confiável quando o conteúdo pode ser considerado uma representação completa e precisa das operações, das atividades ou dos fatos que o criaram.

85 A proteção dos documentos de arquivo em relação a qualquer adição, supressão, modificação, utilização ou ocultação é ação importante para garantir a autenticidade do documento de arquivo.

Desde o desenvolvimento da arquivologia como disciplina, a partir da segunda metade do século XIX, talvez nada a tenha revolucionado tanto quanto a concepção teórica e os desdobramentos práticos da gestão ou a administração de documentos estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial. Para alguns, trata-se de um conceito emergente, alvo de controvérsias e ainda restrito, como experiência, a poucos países.

José Maria Jardim. *O conceito e a prática da gestão de documentos*. Rio de Janeiro: Acervo, v. 2, n.º 2, p. 35-42, jul.-dez./1987 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto acima e a respeito da gestão de documentos, julgue os itens que se seguem.

- 86 A gestão de documentos surgiu com o objetivo de resolver os problemas de preservação dos documentos de valor primário dos arquivos permanentes das organizações públicas e privadas.
- 87 O diagnóstico da situação arquivística do tipo minimalista permite a reunião de informações necessárias à formulação de uma política arquivística em nível municipal, estadual ou nacional.
- 88 A preparação de instrumentos de gestão arquivística, como o plano de classificação e a tabela de temporalidade, é um dos objetivos do diagnóstico da situação arquivística do tipo minimalista.
- 89 Os documentos que formam os arquivos correntes podem ser encontrados em todas as unidades ou todos os setores de trabalho de uma organização e são caracterizados pela possibilidade de terem valor administrativo, técnico ou legal.
- 90 Os arquivos semiativos ou intermediários, de acordo com a proposta do arquivista italiano Elio Lodolini, podem ser divididos em duas fases, conforme o nível de possibilidade de uso que os documentos apresentam.
- 91 A implantação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos torna desnecessária a manutenção das atividades típicas de um protocolo.
- 92 Em um processo de avaliação de documentos, deve-se respeitar a integralidade do conjunto documental, ou seja, quanto mais completo for um conjunto documental maior será o seu valor para preservação.
- 93 O volume geral atual dos conjuntos documentais e seu índice de acumulação anual têm pequena ou quase nenhuma influência na decisão de eliminação ou preservação permanente dos documentos de arquivo.

Com relação às tipologias documentais, julgue os itens que se seguem.

- 94 O tipo documental é formado pelo gênero documental, mais a atividade que está configurada em tal documento, ou seja, é o nome definido para determinado documento, segundo o seu formato e a ação implícita em seu conteúdo.
- 95 Na identificação da tipologia documental, o objetivo da produção e a fundamentação legal são elementos pouco relevantes.
- 96 Relatório de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço é um exemplo de denominação de uma tipologia documental.

Com relação à teoria e prática de arranjo em arquivos permanentes, julgue os itens subsequentes.

- 97 O princípio da pertinência, ao ser aplicado na organização interna de um arquivo, fornece as bases para a elaboração dos níveis de classificação de um fundo de arquivo.
- 98 Uma das possibilidades de quadro de arranjo é o do tipo estrutural, que é resultado da representação da estrutura organizacional. A grande desvantagem desse tipo de quadro de arranjo é a instabilidade institucional.
- 99 Quanto maior a complexidade dos órgãos e das agências reguladoras, mais dificuldades são encontradas no momento da elaboração do quadro de arranjo. Uma solução para essa situação é organizar os documentos por grandes temas ou assuntos.
- 100 Séries e subséries são níveis de classificação de um quadro de arranjo. As unidades de classificação surgem como resultado da aplicação de princípios de classificação em cada um desses níveis.

A enorme quantidade de documentos que caracteriza o arquivo permanente público *versus* a necessidade urgente de pesquisa e divulgação motiva o estabelecimento de políticas de descrição que se concretizem em programas descritivos viáveis e eficazes.

Heloisa Liberali Bellotto. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. p. 141 (com adaptações).

Tendo como referência o texto acima, julgue os próximos itens, acerca do programa descritivo de documentos.

- 101 O estabelecimento de uma política de descrição de documentos depende de informações sobre recursos humanos e financeiros, preparação técnica e científica do pessoal capacitado, qualidade dos recolhimentos, perfil do usuário e sua demanda, tendências da historiografia e estado físico da documentação.
- 102 A Norma Brasileira de Descrição Arquivística, diferentemente da Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G), quando aplicada em um processo de elaboração de instrumentos de pesquisa, permite apenas a produção de um catálogo.
- 103 A produção de instrumentos de pesquisa deve ser sucessiva, isto é, do geral para o particular, sendo o guia o primeiro instrumento a ser elaborado.
- 104 Para elaborar um inventário, é necessário organizar o instrumento de pesquisa segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos.
- 105 Quando é necessário elaborar um instrumento de pesquisa a partir de uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e descrever as peças documentais de uma maneira minuciosa, está-se produzindo um repertório.
- 106 A função dos arquivos permanentes de franquear o acesso aos documentos sob sua custódia é irrestrita até mesmo aos documentos classificados com alto grau de sigilo.

Com relação à legislação arquivística brasileira, julgue os próximos itens.

- 107** A publicação do edital para eliminação de documentos de um órgão público impede qualquer manifestação ou retirada de documentos ou cópias de peças de processos.
- 108** A avaliação de documentos públicos é uma atividade reservada para execução direta pelos órgãos do Poder Público, sendo permitida a terceirização de atividades técnicas auxiliares.
- 109** A eliminação de documentos públicos pode ser feita independentemente da existência, no órgão público, de uma comissão permanente de avaliação.
- 110** Os arquivos permanentes produzidos e(ou) recebidos pelas agências reguladoras devem ser mantidos sob a responsabilidade da própria agência, garantindo o direito de a sociedade ter acesso aos documentos públicos.
- 111** O Conselho Nacional de Arquivos visa implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, com vistas à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos arquivísticos.
- 112** A transferência de documentos de valor intermediário e o recolhimento de documentos de valor permanente ao Arquivo Nacional só é possível quando esses documentos estão avaliados, higienizados, organizados e acondicionados, além de acompanhados de instrumento descritivo.
- 113** Além da responsabilização penal, civil e administrativa, aquele que destruir, inutilizar ou deteriorar os documentos públicos de valor permanente pode receber multa.

A respeito da microfilmagem e da automação em arquivos, julgue os itens a seguir.

- 114** A microfilmagem é mais indicada para grande conjunto documental com longo prazo de guarda, com valor fiscal e legal e demanda relativamente pequena, que não exige acesso múltiplo e simultâneo.
- 115** A adoção da sinalética constante na norma ISO 9878/1990 representa um esforço para que a microfilmagem no Brasil seja realizada dentro dos padrões e das normas internacionais.
- 116** O filme cópia extraído do filme original deve ser mantido, para sua preservação e conservação, no mesmo local do filme original.
- 117** A limitação do sistema informatizado de gestão arquivística de documentos está no fato de gerenciar apenas os documentos digitais.
- 118** A captura, como um dos procedimentos e uma das operações técnicas do sistema informatizado de gestão arquivística de documento, envolve o registro, a classificação, a indexação, a atribuição de restrição de acesso e o arquivamento dos documentos.

Julgue os itens seguintes, relativos à preservação e à conservação de documentos de arquivos.

- 119** Os depósitos de arquivo devem prever locais específicos para armazenamento de cada tipo de suporte, de acordo com suas especificidades.
- 120** As áreas de pesquisa, de trabalho e de depósito devem receber o mesmo tratamento no que concerne às condições climáticas.

PROVA DISCURSIVA (P₄)

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₄**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

As práticas modernas demonstram que a eficiência na organização dos documentos está vinculada à possibilidade de controlá-los desde o momento do nascimento ou recebimento até sua destinação final (encaminhamento do documento para eliminação ou guarda permanente). Gerir documentos, em seu sentido mais amplo, significa não só racionalizar e controlar a produção documental, garantir o seu uso e a sua destinação adequada, mas, principalmente, assegurar ao governo e ao cidadão o acesso pleno às informações contidas nos documentos, tarefa por excelência dos arquivos.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que responda aos seguintes questionamentos:

- ▶ em que consiste a gestão de documentos?
- ▶ quais as fases de um programa de gestão de documentos?
- ▶ quais as contribuições da gestão de documentos para as funções arquivísticas?

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

A tabela de temporalidade é um instrumento elaborado a partir do processo de avaliação dos documentos. Duas razões motivam a avaliação: fato de o volume documental acumulado diariamente pelos órgãos públicos não permitir a sua guarda; a desconfiança sobre a necessidade de se guardar tudo.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que responda aos seguintes questionamentos:

- ▶ qual a configuração de uma tabela de temporalidade?
- ▶ quais os objetivos da avaliação de documentos?
- ▶ o que são valores primário e secundário?

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	